INTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

LAURO RODRIGUES AGUIAR

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

PALMAS
2019

LAURO RODRIGUES AGUIAR

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência a obtenção do grau de Licenciado em Matemática.
Orientador: Prof. Msc. César de Oliveira Zica

PALMAS
2019

Aguiar, Lauro Rodrigues

A importância da educação financeira no ensino básico para a construção da cidadania / Lauro Rodrigues Aguiar. – Palmas, 2019. 47 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, 2019.

Orientador: Prof. Msc. César de Oliveira Zica

1. Ensino 2. Educação financeira 3. Consumo consciente 4. Cidadania I. Título

LAURO RODRIGUES AGUIAR

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência a obtenção do grau de Licenciado em Matemática.
Orientador: Prof. Msc. César de Oliveira Zica

Aprovado em: 03/07/2019

BANCA AVALIADORA

Msc. Prof. César de Oliveira Zica
IFTO – *Campus* Palmas

Prof. Msc. Jamerson Montenegro Lima
IFTO – *Campus* Palmas

Prof. Msc. Magno Márcio de Azevedo
IFTO – *Campus* Palmas

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, por me conceder mais esta realização.

À minha esposa Nilvane pela compreensão, apoio e incentivo que me concedeu.

À minha filha Larissa, muito embora ainda com pouca idade, muitas vezes foi a minha força motivadora e a razão para seguir com este projeto.

Ao meu orientador, professor Cesar Zica, pelas orientações, paciência e dedicação à realização desse trabalho.

Aos professores do curso de Matemática do IFTO, pelo profissionalismo, paciência e sabedoria com que desempenham suas atribuições.

Aos meus colegas do curso, pelo apoio e companheirismo tanto em alguns momentos de lazer e entretenimento como nos dias e noites de estudos.

RESUMO

No momento em que o consumo excessivo e indiscriminado e a escassez de recursos públicos estão em destaque em nossa sociedade, as questões relativas à Educação Financeira tornam-se muito importantes. As pesquisas que esse trabalho aborda mostram que há carência de educação financeira em todas as populações que ele analisa, passando a ser uma preocupação de praticamente todos os governos. No Brasil, o bom desempenho da economia e a estabilização financeira ocorridos na última década favoreceram o consumo e a ausência de planejamento financeiro pelas pessoas levou uma parte da população ao hábito de consumo excessivo e desequilíbrio financeiro. Em razão disso, a Educação Financeira passou a ser uma preocupação e um tema extremamente importante para o Brasil. Em 2010, o país criou a estrutura institucional sobre Educação Financeira com o intuito de atender a essa questão, mas ainda falta muito em termos de prática e aplicação das diretrizes, pois estamos estatisticamente em uma posição de desvantagem, em termos de Educação Financeira, entre os países membros e parceiros da OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico). Desta forma, esse trabalho analisa a importância da Educação Financeira para o equilíbrio econômico-financeiro dos indivíduos e para o desenvolvimento econômico do país, seu impacto na formação da cidadania e para o consumo consciente, responsável e sustentável. É avaliada a necessidade da inclusão dessa temática nos currículos escolares e na prática do dia a dia das salas de aula, a importância do incentivo e da sensibilização de todos os agentes envolvidos no processo, especialmente o professor, para a inclusão da Educação Financeira nas práticas e áreas de atuação nas comunidades escolares.

Palavras-chave: Ensino. Educação financeira. Consumo consciente. Cidadania.

ABSTRACT

At a time when excessive and indiscriminate consumption and the scarcity of public resources are prominent in our society, issues of Financial Education become very important. The researches that this work approaches show that there is a shortage of financial education in all the populations that it analyzes, becoming a concern of practically all the governments. In Brazil, the good performance of the economy and the financial stabilization that occurred in the last decade favored consumption and the lack of financial planning by the people led a part of the population to the habit of excessive consumption and financial imbalance. Because of this, Financial Education has become a major concern and issue for Brazil. In 2010, the country created the institutional structure on Financial Education in order to address this issue, but there is still a lot of practice and application of the guidelines, as we are statistically in a disadvantaged position, in terms of Financial Education, between member countries and partners of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). In this way, this work analyzes the importance of Financial Education for the economic-financial balance of individuals and for the economic development of the country, its impact on the formation of citizenship and conscious, responsible and sustainable consumption. It is evaluated the need to include this theme in school curricula and day-to-day classroom practice, the importance of encouraging and raising awareness among all agents involved in the process, especially the teacher, to include Financial Education in practices and areas of action in school communities.

Key-words: Teaching. Financial education. Conscious consumption. Citizenship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 08

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA 11

2.1 Histórico 13

2.2 Matemática e Educação Financeiras 18

2.3 Estrutura Organizacional e Normativa 21

2.4 Mapeamento Nacional 26

3 EDUCAÇÃO FINANANCEIRA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA 29

3.1 Quando Iniciar a Educação Financeira 29

3.2 A Educação Financeira no Ensino Básico 31

3.3 A Formação de Cidadão e a Economia Familiar 34

3.4 O Consumo Consciente 37

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 43

1. INTRODUÇÃO

O longo histórico de presença de inflação que o Brasil viveu no final do século passado dificultou muito o planejamento econômico financeiro de médio e longo prazo, considerando que a inflação alta desgasta rapidamente o poder de compra da moeda, o que implica na necessidade de aplicação de recursos financeiros o mais rápido possível, sob pena da perda em seu valor monetário. Porém, nas últimas décadas, o Brasil vem apresentando, com poucas exceções, contínuo e acentuado desenvolvimento econômico, e com isso, o poder aquisitivo dos brasileiros tem aumentado significativamente.

> O contexto socioeconômico do País, que cresceu a uma taxa média anual superior a 3,5% na década passada, permitindo que milhões de pessoas participassem ativamente de um mercado de consumo antes inacessível para parte dos brasileiros, reforçou a importância de reunir novas e mais aprofundadas informações sobre os projetos e as ferramentas educacionais que estavam sendo oferecidas à população (ENEF, 2014, p.1).

Por outro lado, o aumento da oferta de crédito tem, sobremaneira, possibilitado a muitas pessoas acesso a bens de consumo com maior facilidade de pagamento. No entanto, essa facilidade no acesso ao crédito tem provocado também o endividamento de muitos brasileiros, pois ainda não há uma cultura de instrução financeira difundida em nossa sociedade.

Ainda sobre uma análise do consumo no Brasil, faz-se necessária uma observação especial quanto aos produtos financeiros, tais como cartão crédito, cheque especial, empréstimos, dentre outros, sobre os quais boa parte da população não dispõe de conhecimento suficiente para a sua adequada utilização e consumo. Como já foi dito acima, a facilidade na aquisição destes produtos, os tem tornado “vilões” nas relações de consumo e na ascensão da inadimplência da população.

> Para a OCDE (2015) dentro de um cenário financeiro em rápida evolução, onde o acesso à área financeira e a serviços é facilitado, a cada dia os cidadãos estão sujeitos a mais riscos quanto ao controle do seu orçamento. Desta forma, a habilidade financeira tornou-se essencial para os indivíduos, sendo a educação financeira uma ferramenta que pode ajudar a melhorar o conhecimento e as habilidades desses, ajudando-os em suas tomadas de decisões cotidianas (PEROBELLI, 2016, p. 3).

É claro que o consumo consiste em um elemento indispensável ao desenvolvimento econômico de qualquer país. Porém a falta de planejamento financeiro e o consumismo podem tornar-se danosos, tanto para a microeconomia

como para a macroeconomia do país. E é nesse cenário que surge um novo tema que exige atenção, que é a Educação Financeira, conceito que julgamos indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil. Esse conceito está há muito tempo adotado em muitos países desenvolvidos, mas que somente a partir de 2010 foi estruturado legalmente no Brasil.

> Em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia e em alguns países da América Latina, da Europa Central e Oriental, segundo Holzmann e Miralles (apud SAITO, 2005), o processo de Educação Financeira está mais desenvolvido, sendo que no primeiro, a Educação Financeira é obrigatória no Ensino Fundamental desde 1985 (VIANA, 2018, p. 11).

Assim, entende-se que educar para um planejamento financeiro e um consumo consciente é hoje, sem dúvida, uma das principais necessidades da nossa sociedade. Em princípio, uma sociedade financeiramente educada tende a ser mais bem informada e ciente do funcionamento dos mecanismos econômicos e, desta forma, os seus indivíduos tendem a tomar decisões planejadas relativamente às finanças e suas economias. Para isto, a escola é um ambiente apropriado para começar a formação dos indivíduos para o consumo consciente de bens e produtos, considerando que esta se constitui num espaço adequado para educar crianças e adolescentes para lidar com recursos financeiros e planejarem seu futuro.

No meio escolar podem desenvolver-se ações e incentivos para uma cultura de poupança, investimento e previdência, que se ponha contra a cultura consumista, considerando-se que este espaço representa um campo adequado para o desenvolvimento de ações que impliquem diretamente na formação de futuros consumidores e investidores, conscientes e responsáveis.

> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) constatou que muitas pessoas em diferentes países não só carecem dos conhecimentos e competências necessários para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais como também desconhecem a própria necessidade de tais conhecimentos, assinalando uma provável origem para o problema (ENEF, 2017, p. 1).

Se por um lado, a educação financeira pode auxiliar as pessoas a escolherem melhores opções na aplicação dos seus recursos financeiros, de outro, a ausência de conhecimento básico sobre finanças torna os cidadãos mais vulneráveis a ações de pessoas mal-intencionadas. Somando-se a isto, a falta de informação consistente sobre as transações econômico-financeiras que praticam,

leva as pessoas a agirem de forma financeiramente não responsável, comprando muitas vezes por impulso, seja por não estarem preparadas para enfrentar situações de dificuldades nas finanças pessoais, seja por assumirem compromissos maiores que a sua capacidade financeira, o que termina aumentando os índices de inadimplência.

Diante desse contexto, a Educação Financeira vem a ser um tema que tem ganhado espaço nos últimos anos, sendo debatida em todo o mundo. O ensino da Educação Financeira como recurso para possibilitar a compreensão de assuntos financeiros, desenvolvimento de habilidades e competências na tomada de decisões seguras que favoreçam o bem-estar das pessoas, é reconhecido por nações e organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo.

Assim, este trabalho tem por objetivo discutir a importância da Educação Financeira no Ensino Básico como elemento essencial formador da cidadania, na prática da vida financeira das pessoas e das famílias, bem como para a economia do Brasil. Para isto, foram realizadas pesquisas exclusivamente bibliográficas.

Iniciamos com um breve estudo do histórico da Educação Financeira no Brasil e no mundo e levantamos a estrutura que o Brasil possui na atualidade. Analisamos também os dados estatísticos colhidos através de mapeamentos realizados pela ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). Abordamos ainda os principais conceitos envolvidos, inclusive delimitando os campos de atuação da Educação Financeira e da Matemática Financeira, marcando as suas diferenças, conexões e convergências.

Analisamos também quando o individuo deve começar a receber instruções sobre a Educação Financeira e o impacto que ela pode provocar na formação da cidadania e na construção do hábito de consumo consciente nas pessoas, bem como o que a literatura e a regulamentação dizem sobre a importância da inclusão da Educação Financeira no currículo da Educação Básica.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira tem como propósitos principais orientar e informar as pessoas relativamente aos conceitos e conhecimentos necessários às decisões com impacto na vida financeira, de forma que possam gerir melhor suas receitas de maneira consciente, mitigando riscos e aproveitando oportunidades de realização de negócios financeiros que possam surgir.

> [...] a ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação (MATIAS, 2018, p.7).

Como conceito de Educação Financeira, adotaremos aqui a definição dada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e utilizada pela ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira):

> Segundo a OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (ENEF, 2017, p.2).

Assim, a Educação Financeira realiza seus objetivos por meio de basicamente três maneiras, que são a informação, a formação e a orientação. Quanto à última, a orientação, está menos aderente ao Ensino Básico, por ser mais relativa a produtos financeiros, e assim ser mais adequada ao público adulto. Desta forma, aqui o foco deve ser dado mais a informação e a formação. Estas duas, conforme entendimento da ENEF:

> Por *Informação* entende-se o provimento de fatos, dados e conhecimentos específicos para permitir boas escolhas financeiras e para compreender as consequências de tais escolhas. A vertente *Formação* refere-se, no caso de alunos do Ensino Fundamental, ao desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros elementares por meio de ações educativas que preparem as crianças para empreender projetos individuais e sociais (CONEF, 2014, p. 5).

O modelo conceitual adotado pelo órgão brasileiro (ENEF), a Educação Financeira será estudada considerado duas dimensões, a espacial e a temporal. Na dimensão espacial, os conceitos financeiros são estudados considerando efeitos das

ações individuas sobre o contexto social, das partes para o todo. Neste contexto está inclusa também a expansão da dimensão individual para a local, da local para a regional, da regional para a nacional e da nacional para o global. Já na dimensão do tempo, os conceitos são tomados considerando-se que as ações tomadas hoje têm impacto no futuro. Esta dimensão conecta passado, presente e futuro. O presente não é tomado como apenas o momento em que as decisões são tomadas que trarão consequências para o futuro, mas também como o momento em que obtemos fruto de decisões tomadas no passado.

> Espera-se que a mudança de postura alcançada a partir de competências desenvolvidas pela Educação Financeira possa ajudar as pessoas a resolver seus desafios cotidianos. O cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Estando a Educação Financeira comprometida com esse cotidiano, sugere-se que seja estudada segundo as dimensões espacial e temporal (ENEF, 2017, p.3).

A Educação Financeira é tratada tanto na dimensão individual quanto na dimensão social, conforme já foi dito anteriormente. Na dimensão individual, desde a obtenção das informações necessárias para que tome suas decisões de forma autônoma. Assim, as informações possibilitarão decisões conscientes e baseadas em fatos, evitando-se desta forma, decisões com fundamento em apenas impulsos e emoções. Outro aspecto é a questão previdenciária e da poupança individual como reservas para o futuro das pessoas. Muito embora estes temas sempre tiveram a sua importância, com o aumento do envelhecimento relativo da população, estas questões se tornam mais urgentes, considerando a limitação dos recursos públicos para essas finalidades conforme amplamente debatido na atualidade no Brasil.

No plano social, a Educação Financeira não é menos importante. A desestruturação financeira dos indivíduos e de suas famílias tem impacto na economia nacional. Um dos principais elementos da macroeconomia é a poupança interna, cuja parte de sua composição se deve aos recursos que individualmente os brasileiros guardam para prover o seu futuro, mas que no presente servem para financiar o crescimento econômico do país, além de gerar emprego e renda.

Para Dana (2017, p. 1), o como decidimos quanto poupar e quanto gastar, e o saber como funciona este processo é algo importante não apenas para nossas vidas individualmente, mas também para a política econômica do país. Então, a

poupança individual possui impacto não apenas na economia do país, mas também vai financiar investimentos nas mais variadas áreas de atuação do Estado.

> Por que o tamanho da poupança é tão importante para a expansão da economia? A ideia é que o dinheiro que não é consumido pelas pessoas, pelas empresas ou pelos governos pode se tornar fonte de recursos para investimentos em estradas, portos, fábricas e em tecnologias e, assim, aumentar a capacidade de produzir de forma mais eficiente, sem gerar inflação (MAIA JUNIOR, 2014, p. 1).

Desta forma, a Educação Financeira não somente informa, mas também forma e orienta o cidadão que consume, poupa e investe de maneira consciente e responsável, construindo assim as bases para o desenvolvimento econômico individual, da sua família e do país. E aqui o desenvolvimento econômico não deve ser considerado apenas na perspectiva da riqueza financeira, mas também como possibilitador da intervenção do governo na promoção de serviços em prol da qualidade de vida da população e da justiça social. Nesse sentido, o CONEF (Conselho Nacional de Educação Financeira) faz analogia ao sistema ecológico, onde a conduta individual tem impacto direto no desempenho do coletivo, em que se percebem os elos diretos entre ações individuais e mudanças climáticas globais.

> É nessa perspectiva de inter-relações de ideias e fenômenos, inaugurada pela Ecologia, que se propõe a introdução da Educação Financeira nas escolas. Por meio dela, as escolas poderão desenvolver valores, conhecimentos e competências importantes para a condução autônoma de uma vida financeira, contribuindo para complementar a formação do cidadão (CONEF, 2017, p. 5).

Portanto, a Educação Financeira apresenta-se como uma estratégia essencial para auxiliar as pessoas a realizarem seus sonhos individuais e coletivos, e temos a escola e seu corpo docente como o melhor meio para que esta estratégia seja posta em prática.

2.1 HISTÓRICO

Os problemas relacionados à necessidade de controle do dinheiro são discutidos há muito tempo. Aristóteles (384-322 a.C), o grande pensador grego que criou o pensamento lógico, muito embora sem utilizar o termo educação financeira, já mencionava sobre as formas de poupar e de ostentar a riqueza, bem como os problemas oriundos da falta ou da sobra e o descontrole sobre o uso do dinheiro.

> A pessoa que tende para o excesso e é vulgar excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco

> importantes [...]. E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir; ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deva gastar pouco gasta muito (ARISTÓTELES *apud* D´AQUINO, 2007, p 4.).

Com o aparecimento da moeda, surgiram também novos e complexos conceitos de dinheiro e suas variáveis. Compreende-se como fenômeno desta evolução, o fato de as pessoas sentirem dificuldades em se adaptarem ao manuseio do dinheiro com equilíbrio, evidenciando-se assim a importância de saber administrar suas finanças da melhor forma possível. A Educação Financeira veio a ser uma preocupação mundial, com interesses dos governos de diversos países em instruir seu povo neste aspecto. Isso porque se a administração das finanças pessoais é desejável até em tempos de ascendência econômica e comercial, muito mais em tempos de crises econômicas como tem ocorrido nos últimos tempos.

A nível mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acompanha oficialmente a evolução e fomento sobre a Educação Financeira que os países dispensam a suas populações respectivas. Fundada em 1961, atualmente composta por 36 membros, a OCDE tem por objetivo principal promover políticas que melhorem o bem-estar social e econômico das populações por todo o mundo.

Segundo a OCDE, uma quantidade crescente de governos nacionais está engajada em desenvolver projetos de educação financeira. As consequências sociais e econômicas a longo prazo decorrentes do baixo índice de educação financeira de grande parte da população global têm levado os governos a criarem políticas específicas, principalmente a partir de 2008.

> Fóruns globais e regionais como o G20 e a Cooperação Econômica Ásia-Pacifico (APEC) já reconheceram a importância dos esforços nacionais de educação financeira para sustentar a estabilidade econômico-financeira e o desenvolvimento social inclusivo. No âmbito dos países do G20, de modo especial, as estratégias nacionais de educação financeira têm-se proliferado. Cerca de metade deles já desenvolveram uma estratégia: Austrália, Brasil, Japão, Holanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos (ENEF, 2017, p.1).

Em alguns desses países, a Educação Financeira tem sido implantada de uma forma mais profunda se compararmos com o Brasil. Apesar de ainda não terem atingido o objetivo final de possuírem uma sociedade saudável economicamente em nível desejado, nesses países investe-se mais no assunto. Nos Estados Unidos por exemplo, há muito tempo existem estratégias para adoção da educação financeira

nos currículos escolares e programas para fomentar e disseminar esses conhecimentos.

> Os programas de Educação Financeira nos Estados Unidos já acontecem desde a década de 80 no séc. XX. O Fundo Nacional para a Educação Financeira (National Endowment for Financial Education/NEFE), lançado em 1984, foi um programa de planejamento financeiro para alunos da High School (equivalente ao nosso ensino médio). Ele era destinado as escolas e organizações em todos os 50 estados do país, o Distrito de Columbia e as bases militares ao redor do mundo, alcançando mais de 5 milhões de adolescentes em 60 mil escola (SILVA, POWELLI, 2013, p.7).

Em 2002, o Departamento do Tesouro Americano instituiu o *Office of Financial Education/OFE* (Escritório de Educação Financeira), com o propósito de prover todos os cidadãos nos Estados Unidos, com conhecimento técnico necessário para habilitá-los a fazerem escolhas sobre investimento, tomarem decisões conscientes e bem informadas ao longo da vida. Ainda no ano de 2002, e mesmo departamento publicou o *White Paper* (livro branco, um documento oficial publicado pelo governo para servir de guia) sobre a integração da Educação Financeira nos currículos escolares com o objetivo de integrar a Educação Financeira com a Matemática e a Leitura nos currículos.

> Com a preocupação crescente sobre os altos percentuais de inadimplência, falências e as consequências da má condução das finanças pessoais na economia, há vários anos os Estados Unidos adotam soluções como a implantação de programas educativos, iniciados nas escolas primárias (LUCCI et al., 2006). Esta estratégia nacional, além de contar com o apoio do poder público, instituições educacionais e organizações, também é auxiliada por instituições financeiras como o Federal Reserve (FED) através do levantamento periódico de dados sobre a efetividade dos programas de educação financeira, conhecido como National Endowment for Financial Education (ARRUDA JUNIOR, 2013, p.8).

Já em 2003, o parlamento dos Estados Unidos criou por decreto-lei uma comissão governamental para tratar da educação financeira dos cidadãos intitulada Comissão de Educação e Literácia Financeira, constituída por outros 19 (dezenove) órgãos federais e agências, cujo chefe nomeado foi o Secretário do Tesouro. Tal comissão tinha por missão desenvolver uma estratégia nacional para promoção da educação financeira para as pessoas, coordenar os esforços para a educação financeira em todo o governo federal, incentivar a sincronização de esforços entre os setores público e privado, dentre outras. Depois disso, muitas ações e projetos têm sido desenvolvidos naquele país com o intuito de fomentar a educação financeira aos seus cidadãos.

Em outros países membros da OCDE e também não membros, há estratégias para educação financeira em desenvolvimento, apesar dos esforços dos governos na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimentos, poucos têm avançado nesse processo. Nesse sentido, pesquisas mostram que ainda há muito a ser percorrido no que concerne à Educação Financeira. Segundo a pesquisa publicada em 2016, constante no site da Instituição Insper, realizada pela *S& P Global Finlit Survey* sobre Educação Financeira, verificou-se que dois a cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros.

> A mais abrangente pesquisa global sobre educação financeira, a S&P Global Financial Literacy Survey, apurou que dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros. Com base em entrevista com 150 mil adultos em mais de 140 países, a pesquisa investigou o conhecimento da população mundial sobre quatro conceitos financeiros básicos: diversificação de risco, inflação, habilidade numérica e juros compostos. Os resultados foram divulgados em 2016 (Insper, 2016, p.1).

O Brasil, especialmente durante o período a partir da década de 1960 até meados da década de 1990, foi permeado por crises econômicas e instabilidade monetária, com inflação alta e desconfiança pela população no sistema financeiro brasileiro. Vivia-se uma dinâmica em que dinheiro se desvalorizava muito a cada dia. Isto dificultava, sobremaneira, um planejamento financeiro adequado.

Naquele período, a educação financeira era levada quase que apenas às pessoas que já possuíam alguma forma de investimento, que tinham acesso a este tipo de conhecimento. Aquelas que tinham muitos recursos para investimento eram orientadas por especialistas do mercado financeiro, enquanto para a outra parte da população era quase impossível planejamento financeiro, pois havia a necessidade de se gastar logo o que era recebido a fim de evitar perdas maiores e o comprometimento de contas e gastos necessários.

Assim, a dificuldade de acesso à informação, a escassez do crédito, e o reduzido acesso aos bancos e instituições financeiras que eram em número pequeno, associadas ao descontrole da inflação, criavam o cenário propício para a falta de planejamento de uma vida financeira equilibrada.

A partir de meados da década de 1990, especialmente a partir de 1994, com a criação do Plano Real, surge um período de estabilidade da moeda, com desenvolvimento econômico e ascensão de muita gente para a classe média. Com a contenção da inflação, a expansão do acesso das pessoas ao sistema bancário e a facilidade de obtenção de crédito, criou-se um meio favorável ao aumento do

consumo do cidadão médio economicamente. Na década seguinte houve um crescimento acentuado da economia do país, a uma média de 3,5% ao ano, o que vem provocar o aumento do consumo, conforme é mencionado no relatório Mapa de Educação Financeira no Brasil emitido e publicado em 2014 pela ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira):

> O contexto socioeconômico do País, que cresceu a uma taxa média anual superior a 3,5% na década passada, permitindo que milhões de pessoas participassem ativamente de um mercado de consumo antes inacessível para parte dos brasileiros, reforçou a importância de reunir novas e mais aprofundadas informações sobre os projetos e as ferramentas educacionais que estavam sendo oferecidas à população (ENEF, 2014, p.1).

A partir dessa alteração de postura da sociedade brasileira, surgiram outras preocupações e novas demandas associadas ao consumo demasiado e ao planejamento financeiro das pessoas e das famílias. Disso decorreu, então, o surgimento de maior interesse sobre temas relacionados aos produtos financeiros e o crédito de um modo geral.

> Assim que as condições reais começavam a permitir que planejamento financeiro fosse um objetivo possível para a classe média brasileira, começaram a surgir obras que atendiam a essa demanda ainda incipiente por informações sobre como chegar a prosperidade. (ARAÚJO; CALIFE, 2014, p. 3).

É nesse contexto que as pessoas de um modo geral e o governo começam a se interessar efetivamente pelos temas relacionados à Educação Financeira. Até 2010 havia iniciativas com foco na Educação Financeira, porém de forma dissociadas e heterogêneas. Não havia um projeto do Estado brasileiro para a solução do analfabetismo financeiro. O Banco Central do Brasil tinha programa de educação financeira, a Comissão de Valores Mobiliários ministrava palestras e disponibilizava cartilhas, a Federação Brasileira de Bancos disponibiliza informações sobre os produtos financeiros, dentre outras iniciativas.

Porém, em dezembro de 2010, através do Decreto 7397, o Governo Federal instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Instituição federal, cujo objetivo, dentre outros, é promover a educação financeira no Brasil, conforme dispõe o artigo primeiro do decreto supramencionado:

> Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Após a instituição da ENEF, várias ações sobre Educação Financeira foram implementadas no Brasil, praticamente todas, de alguma forma, ligadas à própria ENEF. Dada a importância que a ENEF tem tido para a Educação Financeira no Brasil nos últimos anos, voltaremos a tratar desta instituição posteriormente em capítulo especifico, quando trataremos também dessas iniciativas.

Podemos citar ainda como evento relevante e recente relativamente à Educação Financeira no Brasil, a inclusão de dispositivo na nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada em 2018, que recomenda que a Educação Financeira deva ser tratada entre os temas transversais a entrar nos currículos das escolas brasileiras nos próximos anos. Assim, a temática da educação financeira passa a integrar uma relação de assuntos incorporados às propostas pedagógicas de estados e municípios. Nesse sentido, a ENEF menciona em seu Relatório Anual de 2017:

> Em 2017, a AEF-Brasil celebrou mais um avanço: a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a inclusão da Educação Financeira entre os temas transversais que devem entrar nos currículos das escolas brasileiras nos próximos anos (ENEF, 2017, p.6)

2.2 Matemática Financeira e Educação Financeira

Com o intuito de afastar possíveis entendimentos de que Matemática Financeira significa o mesmo que Educação Financeira, teçamos alguns comentários a seguir, ressaltando as diferenças e conexões entre os dois conceitos, iniciando pelas duas definições.

Como já fizemos antes, para a Educação Financeira, adotaremos aqui a definição dada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e utilizada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF):

> Segundo a OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (ENEF, 2017, p.2).

Quanto à Matemática Financeira, há uma escassez de definições nas obras em que pesquisamos, alguns autores abstêm-se de defini-la. Assim, adotaremos as duas citadas abaixo, por entender que estão em convergência das demais que localizamos.

Segundo Reinaldo (2005, p.2), de uma forma simplificada, podemos dizer que a Matemática Financeira é o ramo da Matemática Aplicada e/ou Elementar, que estuda o comportamento do dinheiro no tempo.

Puccini (2012, p. 11) assim define matemática financeira: “A Matemática Financeira é um corpo de conhecimento que estuda a mudança de valor do dinheiro com o decurso de tempo; para isso, cria modelos que permitem avaliar e comparar o valor do dinheiro em diversos pontos do tempo”.

Pelas definições supramencionadas, vemos que Educação Financeira e Matemática Financeira consistem em conceitos distintos, muito embora correlacionados. Percebe-se que a Educação Financeira utiliza-se da Matemática, especialmente de um ramo desta, que é a Matemática Financeira para lograr seus objetivos.

Os conceitos e elementos da Matemática Financeira são utilizados e estudados há muito tempo, tem sua origem junto com a origem da moeda e das relações comerciais, remontando-se à antiguidade. A Bíblia Sagrada, no Velho Testamento, já menciona o uso de conceitos da Matemática Financeira.

> 10. Também eu, meus irmãos e meus servos a **juros** lhes emprestamos dinheiro e trigo. Deixemos este ganho. 11. Restituí-lhes hoje, vos peço, as suas terras, as suas vinhas, os seus olivais, e as suas casas, como também o **centésimo** do dinheiro, do trigo, do mosto, e do azeite, que vós exigis deles (NEEMIAS, p. 794, grifo nosso).

Segundo Souza (2015, p. 6), a Educação Financeira consiste em um conceito relativamente novo, é um tema de estudo que teve sua origem em 2003 na proposição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), influenciada pelos interesses de seus países membros. Tem sua motivação inicial apoiada em necessidades trazidas pelo desenvolvimento da economia e do comercio mundial. Constitui-se em uma temática que possui como objeto de estudo, além de conceitos da Matemática Financeira como já dissemos acima, conceitos da Economia e outros ramos do conhecimento.

Pela interpretação estrita das duas definições citadas acima para Matemática Financeira, percebe-se que o objeto central de estudo é o dinheiro e seu

comportamento, e não o do seu possuidor. Portanto, a Matemática Financeira ocupa-se de conceitos matemáticos que estão voltados para as transações comerciais e financeiras relativamente ao dinheiro. Já a Educação Financeira dedica-se ao comportamento do indivíduo relativamente às relações de consumo, ao potencial possuidor do dinheiro, e não do potencial dinheiro possuído, muito embora se utilize dos conceitos da primeira para alcançar seus objetivos, como já dissemos.

Assim, os indivíduos utilizam-se dos conceitos e elementos da Matemática Financeira como instrumentos para o exercício das atividades econômicas e financeiras no seu dia a dia. A Educação Financeira vem modular e otimizar estas atividades no sentido de os indivíduos obterem o melhor resultado delas.

> Dentre as múltiplas formas de manifestação da matemática na atividade humana, talvez a mais recorrente seja a atividade econômica. É nela que as operações matemáticas encontram amplo espaço de aplicação, sendo imprescindíveis à prática de trocas mercantis. Talvez por isso os problemas de caráter financeiro e econômico protagonizem, em muitos livros, a contextualização textual dos problemas matemáticos numa função semiótica. De simples transação de compra e venda em um supermercado a complexas análises do comportamento de ativos financeiros, a matemática opera como instrumento indispensável à ação econômica (HOFMAN, MORO, 2012, p. 47).

Ainda sobre as diferenças e conexões entre Matemática Financeira e Educação Financeira, vemos que a própria normatização brasileira orienta sobre o assunto. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) trata os dois temas como assuntos diferentes e os relaciona, onde fica demonstrado a amplitude da Educação Financeira e a multidisciplinaridade em que ela deve ser inserida:

> Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de **conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira** dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos **conceitos da Matemática Financeira** e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BRASIL, 2018, p. 271, grifo nosso).

2.3 Estrutura Organizacional e Normativa

O Brasil participa como parceiro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde os anos 90. Esta se dedica a estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e troca de experiências entre parceiros e membros.

No Brasil, o Estado tratou a Educação Financeira pela primeira vez em 2007. Naquele ano, o BACEN (Banco Central do Brasil), a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), então os quatro principais reguladores do Sistema Financeiro Nacional (SFN), reuniram-se no Comitê de Regulação dos Mercados Financeiros (COREMEC) com o propósito de pesquisar políticas que aumentem o nível de conhecimento financeiro da população. Naquele ano, o COREMEC instituiu um grupo de trabalho para desenvolver e propor estratégias de políticas públicas para a Educação Financeira. Dessas estratégias originou-se o decreto federal 7.397 de 22 de dezembro de 2010, criava-se assim a primeira política de Estado, em caráter permanente e nacional, sobre Educação Financeira no Brasil. Este decreto é considerado o marco legal da estruturação da Educação Financeira no Brasil.

O decreto supramencionado criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), cuja finalidade é promover a Educação Financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores, conforme dispõe seu artigo primeiro:

> Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Com a finalidade de promover e coordenar a execução da ENEF, definir os planos e programas, estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF, foi instituído pelo mesmo diploma legal mencionado acima, através do seu artigo 3º, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), órgão vinculado ao Ministério da Fazendo (hoje Economia), cuja composição compreende:

I - um Diretor do Banco Central do Brasil;

II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;

II - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;

V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;

VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;

VII - o Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

VIII - o Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça;

IX - até seis representantes da sociedade civil, na forma do § 2º (do artigo 3º).

Ainda por força do mesmo decreto, ficou instituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), com a finalidade de assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária. Este órgão é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Banco Central do Brasil;

III - Comissão de Valores Mobiliários;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Superintendência de Seguros Privados;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Conselho Nacional de Educação;

VIII - Ministério da Justiça; e

IX - Instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País

Há ainda a mencionar a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). Trata-se de uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), constituída por quatro entidades do mercado financeiro, que são ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), CNSeg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização) e

FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos). Além dos membros da Organização, ajudam também a manter e desenvolver os projetos da AEF-Brasil outras instituições do governo, privadas e da sociedade civil.

Segundo o artigo terceiro do Estatuto da AEF-Brasil (2016, p.1), “A associação terá por objeto social a promoção do desenvolvimento econômico e social, principalmente por meio do fomento da educação financeira no Brasil”.

A ENEF promove programas transversais que reúnem outras instituições e tratam o tema para o público adulto e adolescente. Promove também programas setoriais, realizados isoladamente pelas instituições do CONEF. Além disso, a ENEF realiza anualmente a semana nacional de educação financeira, o selo ENEF e o mapeamento nacional de iniciativas.

Como exemplos de iniciativas promovidas pelas entidades acima, podemos citar alguns programas e ações, dentre outras:

a) **Programa Educação Financeira nas Escolas**. Programa transversal, voltado para o ensino fundamental e médio, boas práticas e diretrizes para a promoção do assunto dentro da escola. O Programa produziu e disponibilizou livros didáticos para todas as séries do Ensino Básico, inclusive com uma versão para os alunos e outra para o professor. Este material está disponível em PDF no site da ENEF.

> Tem duas áreas foco, o Ensino Fundamental e Médio, e o seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros. Ao se trabalhar a educação financeira desde os anos iniciais da vida escolar, contribui-se com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para o exercício da cidadania (ENEF, 2017, p.1).

Outra ação do Programa foi a execução, a partir de 2014, do projeto piloto aplicado em 201 escolas de Ensino Fundamental em Joinville (SC) e Manaus (AM), 101 escolas receberam o projeto e 100 apenas para avaliação de impacto. Com 400 professores treinados e 14.886 alunos avaliados. Em síntese, o projeto consistiu-se basicamente em confecção de material didático especifico, formação de equipe de avaliação constituída pela AEF-Brasil, Banco Mundial e consultorias pedagógicas, treinamento de gestores municipais, supervisores e professores, aplicação de questionário e tabulação dos dados, além do relatório final. Este último traz um estudo detalhado sobre o impacto da implementação da matéria no currículo

escolar, inclusive com mensuração em relação aos professores, instrução dos pais, dentre outras características.

> Joinville - O programa de educação financeira, implantado em 2015, como projeto piloto, foi transformado em projeto institucional e passa a abranger todas as escolas da rede municipal de ensino. Desde 2015, 47 unidades trabalham de forma interdisciplinar ou nos conteúdos específicos durante as aulas. Na época, Joinville (SC) e Manaus (AM) foram os dois municípios brasileiros escolhidos para participar do projeto-piloto da Associação de Educação Financeira, com apoio do Banco Mundial e Ministério da Educação (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2018,nº 38, p.3).

Há ainda a mencionar dentro do Programa, o projeto com foco na formação do professor. Implantado em 2016, o projeto consiste na construção de ambiente virtual e instituição de polos de formação de professores em parcerias com universidades públicas e secretarias estaduais e municipais de educação. Esses polos têm por objetivo criar e oferecer diferentes cursos de extensão sobre educação financeira para os docentes em cada estado. Inicialmente foram criados nos estados do Tocantins, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

No caso do Tocantins, o projeto deu-se através de parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). A parceria foi firmada em maio de 2017 e teve por objetivo fornecer curso de aperfeiçoamento em Educação Financeira para 50 professores e 40 multiplicadores da rede estadual de educação do Tocantins, na modalidade EAD. Conforme matéria publicada na página da UFT:

> Educação financeira não é relacionada só a dinheiro". A frase é de Ana Paula Pregardier, que proferirá palestra nesta quarta-feira (10), no Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (Cuica), no Câmpus da UFT em Palmas, dentro da programação do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira, realizado por meio de parceria entre a Universidade Federal do Tocantins, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) (UFT, 2017).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC), os formandos atuarão como multiplicadores nas suas respectivas unidades de atuação:

> A Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF–Brasil) realiza o Curso de Formação em Educação Financeira para cerca de 90 técnicos e professores da rede estadual de educação. Os profissionais, após receberem a formação, irão capacitar os demais professores de cada unidade escolar do Estado (SEDUC, 2017).

b) **Semana Nacional de Educação financeira**. Tem por finalidade disseminar a educação financeira pelo país inteiro, por meio de ações desenvolvidas

pelos membros do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e convidados não membros. Já foram realizadas 6 (seis) edições, a última no período de 20 a 26 de maio de 2019. Trata-se de um evento realizado em várias cidades do Brasil. Cada participante cadastra-se previamente para apresentação de iniciativas e ações. Segundo o CONEF, a edição de 2018 realizou mais 7.000 eventos em 1.134 cidades distribuídas pelos 26 estados e no Distrito Federal;

c) **Programa Educação Financeira de Adultos**. Visa promover a educação financeira para o público adulto e já atuante no mercado. É voltado para públicos específicos, como aposentados, beneficiários da Bolsa Família, dentre outros. Desenvolvido pela AEF - Brasil por meio de palestras, oficinas, panfletos, vídeos-aulas, aplicação de testes e realização de pesquisas;

d) **Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira**. Permite conhecer com maior abrangência e profundidade o cenário da educação financeira no Brasil;

e) **Rede de Educação Financeira – Polos**. Através de parcerias com instituições de ensino superior, com o intuito de oferecer cursos de Pós-Graduação para professores do Ensino Básico, em parcerias com as secretarias estaduais de educação. Há inclusive no Tocantins, um polo em desenvolvimento na UFT (Universidade Federal do Tocantins).

Destacamos ainda, relativamente à estrutura (nesse caso, normativa) da Educação Financeira no Brasil, a inclusão da temática na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um novo marco no estímulo a adoção desta matéria no dia a dia das salas de aula do país, aprovada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em dezembro de 2018. No capítulo MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES (item 4.2.1.1), a nova BNCC traz disposições específicas para os anos 5º, 6º, 7º e 9º do ensino fundamental sobre Educação Financeira. Na unidade temática relativa à Matemática do Ensino Fundamental (Item 4.2.1), a BNCC assim recomenda sobre a Educação Financeira:

> Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além

> da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BRASIL, 2018, P. 270).

2.4 Mapeamento Nacional

Trata-se de um projeto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que é executado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). Consiste em levantar as iniciativas em Educação Financeira implantadas em determinado período e tem por propósito conhecer com abrangência e profundidade o cenário da Educação Financeira no País. Além disso, os dados coletados devem promover reflexões sobre os desafios e as oportunidades da área no Brasil.

Um levantamento preliminar concluído em 2009, coordenado por um grupo de trabalho do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) e implementado pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), identificou 64 iniciativas de Educação Financeira na Brasil.

Em 2013 foi realizado o primeiro Mapeamento Nacional sobre Educação Financeira pela ENEF/AEF-Brasil. Nesse ano foram identificadas 803 iniciativas em nível nacional.

O segundo Mapeamento Nacional foi realizado pela Associação Nacional de Educação Financeira (AEF-Brasil) no primeiro semestre de 2018. Este levantamento identificou 1.383 iniciativas, e apresentado através do relatório intitulado Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira Abril/2018, disponível no site da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Considerando ser o mais atual, extraímos alguns dados desse relatório e os relacionamos abaixo, fazendo comentário sobre alguns deles.

a) Quanto ao perfil dos instituidores em 2018, cerca de 80% das iniciativas eram institucionais, apenas 20% eram provenientes de pessoas físicas;

b) Quanto à natureza das instituições, 50% eram públicas, 21% privadas e 28% do terceiro setor;

c) Quanto à área de atuação, 49,4% eram iniciativas de instituições de ensino, 36% setor de serviços, 14,6% outros;

d) Dentre as iniciativas provenientes de pessoas físicas, 48% eram profissionais da área financeira, 43% da área de educação, 9% outras áreas.

e) Quando somadas as iniciativas de pessoas físicas e institucionais, 48% das iniciativas eram originadas da área de educação;

f) Quanto à forma de financiamento, 80% eram gratuitas, 32% com recursos públicos;

g) 54% das iniciativas têm a Educação Financeira como foco secundário, 22% tem foco misto e 24% foca apenas a Educação Financeira;

h) Quanto à modalidade, 60% são presenciais, 12% virtuais e 28% mistas;

i) Maioria das iniciativas é destinada ao público em geral, sem distinção de idade, renda ou acesso a instrumentos financeiros.

j) O enfoque em iniciativas escolares mostra predominância de escolas públicas, com o conteúdo ministrado de forma transversal, mais especialmente pelo professor de matemática.

k) As secretarias de educação não costumam oferecer cursos de capacitação. Dos professores, 59% já fizeram algum curso, em geral gratuito.

Conforme mencionado na alínea “b”, apenas a metade das iniciativas são provenientes de instituições públicas. Isso demonstra que ainda há muito espaço para atuação do poder público, podendo incentivar suas próprias instituições no oferecimento de iniciativas que dissemine a Educação Financeira no país.

Outro dado que surpreende é o fato de menos da metade das iniciativas terem origem em instituições de ensino, ou seja, mais da metade são originadas em estabelecimentos que não pertencem ao sistema de ensino, conforme e alínea “c” acima. Quanto às iniciativas provenientes de pessoas físicas, apenas 43% foram oferecidas por profissionais da educação, a maioria foram oferecidas por profissionais da área financeira (alínea “d”). Seguindo ainda o mesmo sentido, conforme consignado na alínea “g”, apenas 24% das iniciativas têm como foco principal a Educação Financeira. E por fim, as secretarias de educação não costuma oferecer cursos de capacitação ou formação de seus professores.

Assim, do exposto no último parágrafo depreende-se que há muito a ser feito no sentido de colocar no sistema educacional do ensino básico brasileiro a

Educação Financeira como um importante tema. Que o sistema de ensino passe a incorporar as ações que realizam a Educação Financeira e assim, haja um maior alcance do processo de ensino dessa disciplina. Para isto é necessário que os principais atores do sistema de ensino, os professores, sejam sensibilizados à aplicação da Educação Financeira nas suas atividades docentes.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

O exercício pleno da cidadania pode estar diretamente associado à situação econômico-financeira dos indivíduos. Além do acesso a bens e serviços necessários ao pleno convívio com dignidade em uma sociedade democrática, o equilíbrio econômico-financeiro propicia a inclusão na vida social do grupo, e assim estes indivíduos participam mais efetivamente das decisões coletivas da sociedade em que vivem.

Com uma boa educação financeira, os indivíduos terão melhores condições e discernimento para tomaram as melhores decisões relativas ao consumir, sejam bens e serviços comuns, sejam produtos e serviços financeiros. Análise de dados como taxa de juros e prazos em empréstimos e aplicações, efeitos da inflação no poder de compra dos salários e do dinheiro, a escolha por pagar à vista com desconto ou a prazo com juros, poupar para depois consumir ou consumir a prazo com pagamento de juros, compõem decisões que têm impacto decisivo nas finanças das pessoas e na sua estabilidade financeira.

Deve ser considerado também o efeito que a educação financeira pode provocar no contexto social, na estrutura econômica do Estado e da sociedade. Indivíduos mais educados financeiramente têm condições de melhor participar da atividade econômica da sociedade em que estão inseridos, e assim contribuir mais para o desenvolvimento econômico do País.

3.1 Quando iniciar a Educação Financeira

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum homologada em 2018, a Educação Financeira deve ser tratada a partir do quinto ano do Ensino Fundamental. Dentro do capítulo da Matemática, o dispositivo traz como Habilidade para o 5º ano:

> (EF05MA06). Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (BRASILl, 2018, p. 297).

Porém, segundo boa parte das obras citadas neste trabalho, a educação financeira deve iniciar-se bem mais cedo na vida das crianças. Nesse sentido,

através do documento Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda que “A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas” (OCDE, 2005, p.6).

Já o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) orienta a iniciar a educação financeira ainda mais cedo na vida das crianças. Com fundamento em avaliações realizadas em outros países, e considerando que a Educação Financeira não deve ser tomada como domínio de conceitos, mas sim, deve ser tomada como meio para obter comportamentos, o CONEF orienta que a educação financeira deve ser aplicada a partir do primeiro ano do ensino Fundamental. Conforme orientação constante no Livro 4º Ensino Fundamental (CONEF, 2014):

> Essas considerações iniciais podem sinalizar que um programa de Educação Financeira seja necessário apenas a partir da adolescência, mas há duas justificativas para que ele seja introduzido nas escolas desde o 1º ano do Ensino Fundamental. A primeira delas é que as avaliações de iniciativas de Educação Financeira desenvolvidas em outros países indicam que quanto mais cedo o programa começa, melhores os resultados alcançados. A segunda justificativa se baseia no fato de que uma pessoa financeiramente educada significa muito mais do que dominar conceitos complexos [...] Esses comportamentos se desenvolvem com muito mais propriedade em crianças do que em jovens e em adultos (CONEF, 2014, p. 4).

Para D’Aquino (2008, p.11), as bases do nosso modelo financeiro foram construídas até por volta da idade de cinco anos. O modo como manejamos nossa vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouvimos, deixamos de ouvir, do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou disserem a respeito do dinheiro. Assim, essa idade seria o momento ideal para o indivíduo iniciar recepção de educação financeira.

Já para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o momento para a criança iniciar a Educação Financeira seria na pré-escola, portanto, ainda mais cedo, conforme matéria publicada pela Revista Veja:

> A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai iniciar um projeto experimental para educar crianças sobre comportamento financeiro a partir da pré-escola. A iniciativa segue uma experiência feita nos Estados Unidos há 40 anos, que acompanhou um grupo de alunos desde a infância até a idade adulta, explica José Alexandre Vasco, superintendente de proteção e orientação aos investidores da CVM (REVISTA EXAME, 2018, p.1).

Por outro lado, considera-se a dificuldades que muitas vezes as famílias têm em oferecer o ensino de Educação Financeira às crianças. Isso porque, dada estrutura e dinâmica familiar brasileira, na maioria dos casos, as famílias não têm condições de oferecer adequadamente este ensino. Isso em virtude de os pais estarem cada vez mais se ocupando com as tarefas profissionais e delegando mais à escola os cuidados com a educação dos filhos. Neste sentido, Kiyosaki (2000) apud Viana (2018) afirma:

> Kiyosaki (2000) enfatiza a importância de começar cedo a ensinar educação financeira às crianças, contudo, a maioria dos pais não tem condições de assumir este compromisso devido ao novo panorama das famílias brasileiras, pois estão trabalhando cada vez mais e delegando algumas funções à escola (Viana, 2018, p.14).

Desta forma, a partir dos entendimentos dos autores acima mencionados, pode-se afirmar que a criança deve receber educação financeira o mais cedo possível. Porém, em termos de normatização, a OCDE recomenda que seja bem cedo, mas não fixa o início. Na normatização brasileira, a BNCC traz esta necessidade a partir do 5º ano do Ensino Fundamental. Já o órgão responsável pela Estratégia Nacional, o CONEF, recomenda a educação financeira a partir do 1º ano do Ensino Fundamental.

De todo o exposto, conclui-se que o quão mais cedo a educação financeira seja oferecida às crianças, melhor. Trata-se da formação de comportamento e da conduta dos indivíduos, e não de mera aplicação de técnicas e conceitos. Quanto antes essas atitudes e ideia forem internalizadas nas crianças e jovens, mais provável que o comportamento deles frente ao manuseio do dinheiro seja mais adequado e racional.

3.2 A Educação Financeira no Ensino Básico

A percepção de que a Educação Financeira não é tratada adequadamente pela escola não é de agora. Nesse sentido, ainda no início deste século, Kioyosaki (2000, p.61) já firmava:

> Como os estudantes deixam a escola sem habilidades financeiras, milhões de pessoas instruídas obtêm sucesso em suas profissões, mas depois se deparam com dificuldades financeiras. Trabalham muito, mas não progridem. O que falta em sua educação não é saber como ganhar dinheiro, mas sim como gastá-lo [...]. Essas pessoas muitas vezes trabalham mais do

> que seria necessário porque aprenderam a trabalhar arduamente, mas não como fazer o dinheiro trabalhar para elas (KIOYOSAKI, 2000, p.56).

A preocupação com a inclusão da Educação Financeira nos sistemas de ensino tem sido um tema muito debatido entre os governos e em organismos internacionais nos últimos tempos, conforme já dissemos antes. Assim se manifestou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

> A educação financeira tornou-se, então, uma prioridade para as instituições públicas em todo o mundo, bem como organizações internacionais, instituições multilaterais e instâncias internacionais como a OCDE, Banco Mundial, G20 Fórum de Cooperação econômica Ásia-Pacífico (APEC, por sua sigla em Inglês) e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em Inglês). (OCDE, 2013, p. 17).

Ainda em 2005, no sentido de inserir oficialmente a Educação Financeira nos sistemas de ensino nos países membros e países parceiros da OCDE, esta recomendou formalmente a inserção da Educação Financeira na escola. Conforme consta no item nove do documento intitulado Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira (2005), a OCDE orienta que “A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas (OCDE, 2005, p. 6)”.

Neste item, percebe-se que a educação formal é tomada pela OCDE como a base para a Educação Financeira e o papel do sistema de ensino é a essência para promover-se a capacitação financeira dos indivíduos e de suas famílias.

O Brasil, seguindo as recomendações da OCDE, como já vimos em capitulo anterior, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, a qual programou ações no sentido de levar Educação Financeira às escolas. Tal iniciativa teve o propósito de educar as crianças e adolescentes para lidar com o uso do dinheiro de forma consciente e de modo a adquirirem hábitos e comportamentos adequados frente às questões financeiras.

> A entrada da Educação Financeira nas escolas se justifica por diversas razões fortemente apregoadas pelas nações estrangeiras que já acumulam experiência na área, dentre as quais se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e, utilizando-se desses conhecimentos, tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário (CONEF, 2014, p.4).

Para construir um documento que apresentasse um modelo conceitual para entregar Educação Financeira à comunidade escolar, foi instituído em 2010 o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) sob a orientação e supervisão do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim, foi elaborado um documento intitulado Orientações para Educação Financeira nas Escolas, que apresentou um modelo de conceitos sobre Educação Financeira para ser tratado nas escolas. Foi elaborado e disponibilizado material didático para auxílio no processo de inserção da Educação Financeira na rede de ensino básico.

Continuando esse processo, como já mencionamos antes, no ano passado o governo brasileiro incluiu, como tema transversal, a Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular.

> Em 2017, a AEF-Brasil celebrou mais um avanço: a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a inclusão da Educação Financeira entre os temas transversais que devem entrar nos currículos das escolas brasileiras nos próximos anos (ENEF, 2017, p. 4).

No entanto, até que isso se converta em ações efetivas nas salas de aula de todo o Brasil, é necessário ainda muito esforço de todos os envolvidos, muito embora haja esperança de que a inclusão da matéria na BNCC provoque um novo impulso na aplicação da Educação Financeira no Brasil, o que segundo Somavilla (2016) ainda está muito incipiente em:

> A disciplina de educação financeira está inclusa na maioria dos currículos escolares nos países desenvolvidos. No Brasil, apesar de ser um tema de relevância social-econômica, a educação financeira ainda não é contemplada no projeto político-pedagógico da maioria das escolas públicas. A ausência de uma formação financeira no ambiente escolar é tão preocupante quanto a situação de desconhecimento sobre tal assunto pela maioria dos cidadãos brasileiros (SOMAVILLA, et al,2016, p.2).

Ressaltando a importância da Educação Financeira aos alunos da Educação Básica, Hoffmann e Moro (2012) afirmam:

> Conceitos, conhecimentos, competências e habilidades econômicas são necessários para as atividades econômicas mais triviais empreendidas recorrentemente pelos agentes que interagem em economias de mercado. Compreender, em alguma medida, os fundamentos econômicos, sociais, legais e mesmo linguísticos subjacentes às práticas econômicas cotidianas é condição para a interação e para a socialização econômica da população. A familiaridade com as noções como propriedade, valor, preço e juros, por exemplo, e a capacidade de leitura e interpretação de documentos financeiros são exemplos de elementos que fazem parte da educação financeira da população, seja de forma institucionalizada, em ambientes de ensino como a escola, seja informalmente, mediante processos sociais e familiares de introdução à lógica econômico-financeira. (HOFFMANN; MORO, 2012, p.47).

Assim, a inserção da educação financeira nos currículos das escolas brasileiras é uma premissa muito importante para a formação e informação das nossas crianças e jovens, para que tenhamos cidadãos educados financeiramente. Tomando a escola como um importante meio disseminador de conhecimentos, incluir Educação Financeira nela é a melhor maneira de fomentar a formação de uma população quanto ao manuseio do dinheiro, preparando-a para lidar com as questões financeiras que lhe são apresentadas no dia a dia.

Seja através de estatísticas sobre a inadimplência em nosso país ou sobre o conhecimento que a nossa população tem sobre o manuseio do dinheiro, seja através do noticiário a respeito, constata-se que ainda necessitamos fazer muito em termos de educar financeiramente a nossa população. Temos um índice de endividamento da população bastante alto, e sabe-se que parte dele se deve a compras por impulso, não planejamento financeiro, ou até “empréstimo de CPF” para contrair-se dívidas em instituições financeiras para terceiro.

Outro ponto a ser mencionado é o envolvimento dos professores de ensino básico no processo de inclusão da Educação Financeira na vivência escolar. Conforme vemos no capítulo sobre o mapeamento das iniciativas, quando às ações são provenientes de pessoas físicas, a maioria não vem de professoras, o que, grosso modo, demonstra que ainda não há um engajamento da classe docente na aplicação de disciplina.

3.3 A Formação de Cidadão e a Economia Familiar

O dispositivo legal que criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Decreto 7.393/2010, já associa a educação financeira ao fortalecimento da cidadania e ao consumo consciente, conforme seu artigo primeiro:

> Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Por outro lado, segundo Marshall (1967) apud ENEF (2014, p. 10), a cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais. Assim, ser cidadão consiste em ter direitos em desfrutar de várias possibilidades que a vida oferece tais como igualdade, liberdade, propriedade, educação, moradia,

participação política, trabalho, saúde, dentre outras. É ter participação ativa na sociedade, protagonizando a construção da democracia da qual o cidadão participa.

Para a ENEF (2017), o exercício da cidadania é ingrediente indispensável para a construção de uma sociedade democrática e justa, e a Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania (ENEF, 2014, p.10)

Ainda associando a Educação Financeira à construção da cidadania, para formar cidadãos conscientes e críticos relativamente à vida financeira, Perrenoud (2002) apud Silva (2016) afirma que ensinar direitos e deveres sem alterações de pensamentos e atitudes não é suficiente para se formar cidadãos. Para ele,

> O exercício da cidadania é ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa, e a educação financeira tem como principal propósito ser um componente da formação para a cidadania que deve muito de como o indivíduo se planeja para as tomadas de decisões, entre elas sobre as finanças pessoais (SILVA, 2016, p.20)

Para Savoia (2007), a Educação Financeira é tomada como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nas pessoas, que lhes permite tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, as pessoas tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar.

Assim, percebe-se que a utilização da Educação Financeira converge para o exercício da cidadania, pois propicia às pessoas a aquisição de conhecimentos sobre como se relacionar de maneira sustentável com as finanças, reduzindo os riscos de exclusão financeira, permitindo-lhes antecipar financeiramente às situações não previstas, estimulando a cautela e a poupança junto aos consumidores, aproveitando melhor a sua própria renda.

Há ainda a mencionar aqui o conceito de Cidadania Financeira, definição que, segundo o BACEN (Banco Central do Brasil), relaciona o exercício de direitos e deveres pelo cidadão ao gerenciamento adequado de seus recursos financeiros:

> Cidadania financeira é o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Para efeitos dessa definição, gerenciar bem seus recursos financeiros significa planejar o uso de seus recursos, gerenciar o uso de crédito e poupar ativamente. O desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio de um contexto de inclusão financeira, de educação financeira, de proteção do consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro (BACEN, 2018, p. 7).

Por outro lado, a Inclusão Financeira, segundo o BACEN (2018, p.1), é definida como o acesso do cidadão aos serviços financeiros que se adeque às suas necessidades. Ressalte-se que há o pressuposto de que o cidadão deve ter acesso aos serviços financeiros, porém àqueles que forem adequados à sua realidade. Ou seja, é necessário o acesso, sendo também imprescindível que tais serviços disponíveis ao acesso sejam adequados ao usuário.

É notório que os esforços dos governos no fomento a Educação Financeira conforme temos demonstrado nesse trabalho, têm sido insuficiente para instruir as pessoas de como gerir os recursos financeiros que adquirem. Nesse sentido, Oriente (2015) afirma:

> No Brasil, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, nem escolar, deixando uma lacuna na formação dos brasileiros quando o assunto é educação financeira. É urgente que eduquemos futuros cidadãos que compreendam a importância de se obter um conhecimento em educação financeira, visando o uso de um planejamento financeiro para que esse cidadão possa assumir certos riscos calculados, evitando assim o endividamento e futuros problemas financeiros tendo consciência que o crescimento econômico do país, não depende exclusivamente do governo (ORIENTE et al, 2015, p. 14).

Até aqui tratamos a Educação Financeira como indutora de benefícios para o plano individual e familiar. O autor mencionado imediatamente acima, inclui mais um ponto de importância da Educação Financeira para a cidadania, relacionando-a ao crescimento econômico do país. Entendimento este adotado também pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico):

> Os benefícios da educação financeira também podem ser estendidos para a economia em geral [...]. Este aspecto "cívico" da educação financeira, visto como um componente importante do capital humano, é destacado pelos decisores políticos em economias emergentes, como a América Latina. Isto é baseado na ideia de que os consumidores mais educados e informados irão tomar melhores decisões financeiras ao longo de suas vidas, o que, como um todo, promover a estabilidade e o desenvolvimento do sistema financeiro. (OCDE, 2013, p. 18).

A Educação Financeira pode ainda reduzir a exposição das pessoas às fraudes envolvendo produtos e serviços financeiros. Pessoas bem esclarecidas financeiramente estarão menos expostas ações de fraudadores e outras situações de risco relativamente pessoas mal-intencionadas. Nesse sentido, a OCDE afirma: “A educação financeira sempre foi importante para os consumidores, ajudando-os a orçamentar e a gerir os seus rendimentos, a poupar e a investir de forma eficiente e a evitar que sejam vítimas de fraude” (OCDE, 2015, p.1).

Desta forma, a Educação Financeira possui vários aspectos importantes para a construção da cidadania. Se por um lado ela promove a organização das finanças das pessoas e famílias, evita excessos no consumo, por outro as protege do alcance da ação de fraudadores e estelionatários. Pessoas com finanças mais organizadas que praticam o consumo consciente e planejado, tendem a aproveitar melhor os seus recursos financeiros, com consequência direta na qualidade de vidas destas pessoas e suas respectivas famílias.

Assim, as pessoas com a vida financeira mais equilibrada, podem melhor aproveitar os recursos econômicos, otimizando o uso do dinheiro no momento do consumo. Assim, tendem a ter mais acesso a bens que melhoram a qualidade de vida e propiciam o exercício da cidadania. Ainda com o planejamento e excelência na utilização dos recursos, os indivíduos podem ter acesso a bens e serviços que antes não teriam, além da possibilidade da realização de poupança e previdência, tão importantes para uma sociedade que está envelhecendo como sociedade a brasileira.

3.4 O Consumo Consciente

Como já foi mencionado neste trabalho em capítulos anteriores, o consumo é imprescindível para o desenvolvimento econômico de um país, em termos de macroeconomia. No aspecto individual, o consumo é tomado como um direito, sendo também fundamental para o conforto e bem-estar dos indivíduos, propiciando a realização de sonhos e desejos das famílias. Assim, não há dúvidas de que o consumo é um dos elementos indispensável ao desenvolvimento econômico e social de uma nação.

No entanto, queremos discutir aqui o consumo como comportamento individual e familiar e que precisa ser comedido, moderado e planejado, e se realizado em excesso ou sem estes pressupostos pode trazer consequências ruins. Tais consequências com impacto tanto nos indivíduos, quanto para o sistema econômico nacional.

> O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumo e poupança configuram-se como ação responsável ao levar em conta os impactos sociais e ambientais (CONEF, 2017, p. 11).

Segundo Bauman (2007) apud ENEF (2017, p. 10), atualmente verifica-se instabilidade dos desejos aliada à insaciabilidade das necessidades, pela consequente tendência ao consumo instantâneo, bem como rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo. Assim, percebe-se que há um contexto atual que estimula o consumo exagerado ou não planejado.

Por outro lado, com o desenvolvimento da economia do Brasil experimentado nos últimos tempos, especialmente na última década, gerou-se um meio propício à expansão do consumo. Nesse sentido, afirma Stefano (2011) em matéria publicada na Revista Exame:

> Realizar antigos sonhos de consumo nunca foi algo tão palpável a tantos brasileiros ao mesmo tempo — de todas as classes sociais. Com o avanço da renda e a possibilidade de financiamento, um número crescente de famílias [...] experimenta uma dinâmica de prosperidade inédita e concretiza desejos cultivados ao longo da vida. Para muitos que já faziam parte da classe média, chegou a vez do acesso a bens até pouco tempo restritos ao topo da pirâmide social. Para outros milhões das classes emergentes, é a hora da primeira casa, da primeira viagem de avião, do primeiro computador, do primeiro curso superior. Nos próximos anos, muitos dos que estão chegando agora ao mercado vão trocar os bens que acabaram de adquirir e incorporar novas ambições, e outros tantos ainda vão iniciar a mesma trajetória — por isso, o salto do consumo está apenas no começo. (STEFANO, 2011, p.1).

Desta forma, tanto pelas tendências da atualidade mencionadas pela primeira citação, como pelo processo de transformação que o país está passando mencionada na segunda, vemos que o Brasil adquiriu, especialmente nos últimos anos, muitas condições favoráveis para ter-se uma conduta de consumo e consumismo.

Outro elemento a ser considerado aqui, não desconexo com os primeiros, é a inadimplência dos brasileiros, elemento este também associado ao consumo. Chegamos a um índice de inadimplência preocupante, sendo objeto de debates e recorrentes noticiários. Conforme veiculado no noticiário, em janeiro deste ano chegamos a 62,6 milhões de brasileiros com pelo menos uma conta em atraso:

> São Paulo – O Brasil teve em 2018 a maior alta em seis anos no total de consumidores com contas em atraso, chegando a um recorde de 62,6 milhões de inadimplentes, segundo dados divulgados nesta terça-feira pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) [...]. O número total significa que 41 por cento da população adulta residente no Brasil tinha contas vencidas (Revista Exame, 2019).

Ressaltamos ainda a importância do consumo equilibrado, onde a poupança e o consumo são colocados e sopesados no orçamento individual das pessoas e de suas famílias. Nós brasileiros temos uma baixa cultura de poupar. Segundo o CONEF (2018, Anexo Relatório, p.9), a maioria dos brasileiros não poupa nem guarda dinheiro para garantir sua aposentadoria. Essa poupança, além de importante no plano individual e familiar, é também imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, matéria publicada pelo jornal Valor Econômico afirma:

> SÃO PAULO - Para acelerar a taxa de crescimento, o Brasil precisa tomar medidas que parecem "incrivelmente difíceis", como elevar a taxa de poupança doméstica acima de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o jornalista Martin Wolf, editor e comentarista econômico do jornal britânico Financial Times (LAMUCCI, 2017, Valor Econômico).

Diante desse contexto, em que temos além de fatores circunstanciais, temos também fatores culturais, a Educação Financeira torna-se essencial para amenizar esse quadro. Assim, a Educação Financeira tem um amplo campo de atuação. Uma maneira é auxiliando as pessoas a buscarem a realização de consumo mais consciente e sustentável, a fazer julgamento crítico das ofertas, a introduzir o hábito de poupar e investir, como vimos acima.

Por outro lado, a Educação Financeira pode fornecer ao cidadão ferramentas para a tomada de decisão baseada em atitudes através dos conceitos e práticas fornecidas a ele. O entendimento da linguagem do mundo financeiro por meio de ações educativas possibilita às pessoas obterem as informações necessárias para tomarem suas decisões de modo consciente e autônomo. Assim, o ENEF se manifesta:

> Espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seu próprio destino de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento (CONEF, 2017, p. 12).

Outra maneira é através da formação de disseminadores. A Educação Financeira pode colaborar com a formação críticas de crianças e jovens, e estes possam atuar como disseminadores junto a suas famílias e comunidades em que vivem. O público beneficiário da Educação Financeira não se limita ao público escolar, porém, através dele, podemos atingir uma quantidade bem maior de pessoas, maximizando essa disseminação de conhecimentos muito útil para a vida na sociedade presente.

Portanto, a Educação Financeira é muito importante para auxiliar as pessoas a evitarem o consumo impetuoso, descontrolado e, às vezes, levado por emoções. Para que o consumo ocorra de forma equilibrada e decorrente da necessidade do bem ou serviço, e não apenas da oferta deles. Para que o cidadão consiga realizar um julgamento crítico à publicidade e à propaganda, faça escolhas racionais na aquisição de produtos e serviços. E por tudo isso, o consumo não se torne um problema para a economia das pessoas e do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da condição financeira de cada cidadão, a todo momento precisamos ponderar sobre a utilização do dinheiro. O tema é presente na vida de todos.

Ressaltamos que dar valor ao dinheiro e refletir sobre o assunto não significa fomentar o materialismo ou a avareza, mas adquirir hábitos de consumo consciente e ter controle sobre gastos, com um melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

O presente trabalho discutiu a Educação Financeira no Brasil, o estágio em que ela se encontra no contexto nacional. Objetivou trazer reflexões sobre a necessidade desta importante ferramenta para a formação da nossa cidadania e para o desenvolvimento econômico e social do país.

Pelo histórico e estatísticas apresentados aqui, podemos afirmar que o tema ainda é deficiente no mundo inteiro, nenhuma nação tem sua população educada financeiramente de maneira satisfatória à luz da expectativa da literatura existente.

No Brasil essa situação ainda é mais acentuada, estamos muito aquém do proposto pelos órgãos competentes. Apesar de o Brasil já possuir uma estrutura institucional razoável, não há na normatização exigências mais específicas sobre o assunto para que os agentes envolvidos sejam determinados à aplicação da temática. Em termos práticos, a nossa população ainda está mais longe do desejado, tanto em termos de aplicação pelo sistema de ensino, como no que se referem às estatísticas sobre o conhecimento que a população dispõe sobre o tema.

Pelo exposto ao longo deste trabalho, constata-se que a Educação Financeira é um tema de extrema importância para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado e que ela se faz necessária na vida de todos, independentemente da condição econômica, social ou cultural. É um importante instrumento na formação das pessoas capazes de exercer a cidadania plena, de maneira responsável e sustentável. Sua prática envolve a discussão de valores, cidadania, produzindo uma reflexão crítica da realidade, o empreendedorismo, postura autônoma diante das oportunidades oferecidas pelo sistema capitalista atual e noções de economia, todos esses fatores relacionados à sua vida cotidiana. Na atualidade, a gestão de recursos financeiros é tema de interesse de todos os indivíduos e organizações.

A Educação Financeira vai bem além da compreensão de técnicas a conhecimentos sobre conceitos de Matemática, Economia, Administração ou outras ciências afins a orçamentos e finanças. Trata-se da formação e orientação do comportamento e condutas dos indivíduos frente ao uso do dinheiro, planejamento, consumo consciente e o hábito de poupar. É ela que vai desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos frente a propagandas, comerciais, ofertas, e a decidir sobre consumir, poupar ou investir. Mas também vai fornecer elementos e conceitos técnicos para avaliar situações similares uma negociação, decisões em comprar a prazo com juros ou esperar a comprar a vista com descontos, por exemplo.

Para que haja uma melhora nesse quadro, entendemos que é necessário que todos os agentes envolvidos sejam conscientizados e estimulados quanto à importância da Educação Financeira para o país e para a formação do individuo consciente e ativo socialmente. Considerando a importância que a docência tem para a disseminação de conhecimentos e formação das pessoas, entendemos que os professores formam uma das principais forças capazes de mudar este quadro. Até que haja inclusão como disciplina na grade curricular, o professor, especialmente o de Matemática, pode contextualizar seus assuntos com exemplos associados à Educação Financeira. O outro agente importante é o próprio Governo com o controle do orçamento público e o poder de normatizar, inclusive treinando e estimulando os professores da rede pública ao uso da temática em respectivas aulas.

Como vimos anteriormente, Educação Financeira é um conceito relativamente novo, e assim ainda há poucas obras sobre o assunto. Assim, o presente trabalho teve foco na evidenciação da necessidade da inclusão da Educação Financeira na formação dos brasileiros. Porém não foi exaustivo, sugere-se que trabalhos futuros discutam a forma e a intensidade em a que Educação Financeira deve ser inserida em cada estágio da educação formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEF-Brasil. **Estatuto Social**. Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Estatuto-registro-nº-47910.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

AEF-Brasil. **Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira abril/2018.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

ARAÚJO, Fernando Cosenza.; CALIFE, Flavio Estevez. **A história não contada da educação financeira no Brasil.** Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ARRUDA JUNIOR, Antônio Carlos**. Educação Financeira: um Estudo de Caso Sobre Servidores de Alta Renda**. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2706/1/Antonio%20Carlos%20de%20Arruda%20Junior.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BÍBLIA SAGRADA. Disponível em: <https://www.lds.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800_por.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

Brasil Fecha 2018 com recorde de 62,6 milhões de inadimplentes. **Exame** [online] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/brasil-fecha-2018-com-recorde-de-626-milhoes-de-inadimplentes/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira 2018.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). **Educação financeira nas escolas 4, livro do professor**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/ef-livro-4/>. Acesso em 20 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Programas Transversais** [online]. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais/>. Acesso em: 06 abr. 2019.

_____. **Educação Financeira no Mundo** [online]. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. **Mapa da Educação Financeira no Brasil**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019

_____. **Orientação Para Educação Financeira nas Escolas**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **Relatório Anual 2017.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEF-Brasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

D´AQUINO, Cassia. **Educação Financeira:** Como educar seu filho. Rio de Janeiro, Campus, 2007.

DANA, Samy. A Hipótese De Modigliani: Poupança E Consumo Na Economia Afetam A Previdência. **O Globo** [online]. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/hipotese-de-modigliani-poupanca-e-consumo-na-economia-afetam-previdencia.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

Governo do Estado do Tocantins. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. **Curso de Formação em Educação Financeira acontece na Universidade Federal do Tocantins em Palmas** [online]. Disponível em**: <**https://seduc.to.gov.br/noticia/2017/5/11/curso-de-formacao-em-educacao-financeira-acontece-na-universidade-federal-do-tocantins-em-palmas/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. **Educação matemática e educação financeira:** Perspectivas para a ENEF. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609>. Acesso em: 03 mar. 2019.

INSPER. **Pesquisa Global sobre Educação Financeira: S&P Finlit Survey** [online]**.** Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico, pai pobre:** O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Disponível em: <http://projeto.camisetafeitadepet.com.br/imagens/banco_imagem_livros/16_livro_site.pdf>. Acesso em 28 abr. 2019.

LAMUCCI, Sérgio. Wolf**:** Para crescer mais, Brasil precisa aumentar poupança doméstica. **Valor Econômico** [online]. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5146428/wolf-para-crescer-mais-brasil-precisa-aumentar-poupanca-domestica>. Acesso em 11 mar. 2019.

MAIA JUNIOR, Humberto. Para crescer, o Brasil precisa poupar mais. **Exame** [online] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/so-quem-poupa-enriquece/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MATIAS, Roberto Fernandes. **Matemática Financeira Para o Ensino Médio**. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8318/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Roberto%20Fernandes%20Matias%20-%202018.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

OCDE. **Educação Financeira na América Latina e no Caribe.** Disponível em: **<**http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Estratégias Nacionais para Educação Financeira** [online]. Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/nationalstrategiesforfinancialeducation.htm&prev=search>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Melhoria da Alfabetização Financeira: Análise de Questões e Políticas** [online]. Disponível em: **<**https://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm&prev=search>. Acesso em: 24 abr. 2019.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira. **Como as Famílias Utilizam a Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/33922386.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PAVINI, Arena do. CVM quer educação financeira para crianças a partir de 3 anos**.** **Exame** [online] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/cvm-quer-educacao-financeira-para-criancas-a-partir-de-3-anos/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PEROBELLI, Fernanda Finotti Cordeiro, et e tal. **Economia nas Escolas: relatos de uma experiência**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/21224212.pdf>. Acesso em 15 abr. 2019.

Programa de educação financeira é ampliado para todas as escolas municipais. **Jornal da Educação** [online]. Disponível em: **<**https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7609/JornaldaEduca__o310___2018_15287333622332_7609.pdf>. Acesso em 08 abr. 2019.

PUCCINI, Ernesto Coutinho. **Matemática Financeira e Análise de Investimentos**. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_11156matematica_financeiba_miolo_online_2ed_pdf_Matematica_Financeira_Miolo_online_2ed.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

REINALDO, Cristiano. **Curso de Matemática Financeira**. Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/download/matematica_financeira.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira, et al. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620/5204>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Erenaldo da Costa. **A Importância da Educação Financeira nos Anos Iniciais da Escolarização.** Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/20954/1/2016_ErenaldoDaCostaSilva_tcc.pdf>. Acesso em 22 abr. 2019.

SILVA, Melchiades da Silva, POWELL, Belford Powell. **Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica.** Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SOMAVILLA, Adriana Stefanello, et e tal. **Educação financeira para crianças: relato de experiência de um projeto de extensão.** Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2028/Educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20para%20crian%C3%A7as%3A%20relato%20de%20experi%C3%AAncia%20de%20um%20projeto%20de%20extens%C3%A3o>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUZA, Andrea Stambassi. **Educação Financeira Escolar**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/09/Produto-educacional-Andrea-Stambassi.pdf>. Acesso em 13 abr. 2019.

STEFANO, Fabiane. **Consumo: a Força que Move a Economia. Exame** [online] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/consumo-a-forca-que-move-a-economia/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Universidade Federal do Tocantins (UFT). **Curso formará professores do Ensino Básico em educação financeira** [online]. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/es/ultimas-noticias/18675-uft-atuara-na-formacao-de-multiplicadores-em-educacao-financeira>. Acesso em: 12 abr. 2019.

VIANA, Lucas Pereira. **Matemática e Educação financeira:** Uma análise no contexto Escolar e Familiar. Disponível em: <https://sca.profmat-sbm.org.br/sca_v2/get_tcc3.php?id=170230621>. Acesso em: 18 abr. 2019.